

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N.º: 90009/2025

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90009/2025

CONTRATANTE (UASG): CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA (926570)

OBJETO

Aquisição de equipamentos de informática, audiovisual e de credenciamento, bem como materiais de consumo correlatos, para atender as necessidades do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia - CRCRO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 62.277,50 (sessenta e dois mil duzentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos)

DATA DA SESSÃO

17/10/2025

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 09h30 até 15:30h (Horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N.º: 90009/2025

Processo Administrativo n.º 9079610110000356.000032/2025-78

Torna-se público que o Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia - CRCRO, por meio do Setor de Licitações, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais normais aplicáveis.

Data da sessão: 17/10/2025

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da Fase de Lances: 09h30 às 15h30 (Horário de Brasília).

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, para aquisição de equipamentos de informática, audiovisual e de credenciamento, bem como materiais de consumo correlatos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	<p>Projeto multimídia: Mínimo de 4.000 lúmens; Resolução Full HD (1920x1080) para imagens nítidas e qualidade adequada a apresentações institucionais. Contraste de no mínimo 15.000: 1, Tecnologia DLP, LCD ou equivalente</p> <p>Correção de imagem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Keystone (correção de distorção trapezoidal) automática e manual (vertical e horizontal)• Zoom óptico mínimo de 1.2x• Ajuste de foco manual ou automático <p>Tamanho de projeção (diagonal): De 60" a 300", dependendo da distância de projeção</p> <p>Entradas mínimas: HDMI (2 portas), USB tipo A (leitura de arquivos direto do pendrive), VGA</p>					

1	(retrocompatibilidade), Áudio 3,5 mm (entrada/saída).	603956	UNIDADE	02	R\$ 1.287,19	R\$ 2.574,38
	<p>Wi-Fi integrado (para projeção sem fio)</p> <p>Bluetooth (para conexão com caixas de som ou controle remoto)</p> <p>Alto-falante integrado: Mínimo de 10W RMS;</p> <p>Controle remoto sem fio com pilhas inclusas</p> <p>Modo de economia de energia</p> <p>Compatível com sistemas operacionais Windows, macOS e Android</p> <p>Função de espelhamento de tela (screen mirroring)</p> <p>Peso máximo de 4kg</p> <p>Bolsa para transporte e capa protetora</p> <p>Acompanha kit de fixação para parede ou teto com buchas, parafusos e suportes metálicos compatíveis com o peso e o tamanho do equipamento.</p> <p>O projetor deverá ser compatível com telas de projeção retráteis de 100 a 120 polegadas, com formato 16:9 ou 4:3, conforme especificado no item 4.2 deste instrumento. O equipamento deverá possuir capacidade de ajuste automático ou manual de proporção (aspect ratio), a fim de se adaptar à tela disponível no</p>					

	ambiente.					
2	<p>Tela de projeção : Tamanho da área de projeção: entre 100 e 120 polegadas diagonais, compatível com projetores de resolução Full HD (1920x1080);</p> <p>Formato de imagem: 16:9 ou 4:3, compatível com projetores multimídia com ajuste de proporção (aspect ratio);</p> <p>Tipo de acionamento: retrátil, podendo ser manual com mola (com trava de parada) ou elétrica com controle remoto;</p> <p>Material da tela: matte white (branco fosco) com ganho de brilho entre 1.0 e 1.2, para reprodução fiel de cores em ambientes com iluminação controlada;</p> <p>Bordas pretas de no mínimo 4 cm, para maior definição e contraste da imagem projetada;</p> <p>Estrutura: estojo metálico com pintura eletrostática e tubo de enrolamento em alumínio resistente;</p> <p>Acompanha kit de fixação para parede ou teto com buchas, parafusos e suportes metálicos compatíveis com o peso e o tamanho da tela.</p> <p>A tela deverá ser plenamente compatível com o projetor multimídia</p>	470923	UNIDADE	02	R\$ 722,25	R\$ 1.444,50

	especificado no item 01 deste Termo de Referência, especialmente em relação ao formato e área útil de projeção.					
3	<p>Impressora térmica: Tecnologia de impressão: térmica direta (sem uso de ribbon); Compatibilidade com papel térmico adesivo para etiquetas com largura de até 80 mm, com suporte a sensores de gap ou marca preta, permitindo o uso de etiquetas pré-cortadas; Velocidade de impressão mínima de 100 mm /s, para garantir agilidade durante eventos; Resolução mínima de 203 dpi, garantindo boa legibilidade de textos e leitura precisa de códigos de barras simples (quando aplicável); Conectividade obrigatória via USB, com Bluetooth integrado ou opcional para facilitar a integração com dispositivos móveis e sistemas de credenciamento; Design compacto e portátil, com possibilidade de uso externo, preferencialmente com dimensões reduzidas e peso de no máximo 2 kg; Fonte de alimentação bivolt e bateria recarregável integrada ou opcional, possibilitando mobilidade em ambientes sem ponto de energia; Compatível com Windows e Linux, com drivers e SDKs disponíveis para facilitar a integração com diferentes plataformas; Devem ser fornecidos todos os acessórios básicos para funcionamento, incluindo cabos USB, fonte de alimentação/carregador e manual. Será considerado</p>	433268	Unidade	03	R\$ 1.366,97	R\$ 4.100,91

diferencial o fornecimento de estojo de transporte ou suporte para rolo externo. A impressora térmica deverá ser plenamente compatível com etiquetas adesivas em bobina conforme especificado no item 4.4 deste instrumento, especialmente quanto à largura máxima de 80 mm, presença de sensor de gap ou marca preta, e diâmetro externo da bobina de até 80 mm					
--	--	--	--	--	--

4	<p>Etiqueta adesiva térmica: compatíveis com impressoras térmicas descritas no item 03, e deste documento, diretas e fornecidas em bobina, com as seguintes especificações mínimas: Material: papel térmico adesivo: Formato: retangular, com cantos arredondados; Cor: branca, Dimensão individual da etiqueta: Etiqueta para crachá 100x75mm 10x7,5cm Térmica (impressão sem ribbon) p/ impressora térmica, ideal para exibir nome completo do participante e código de barras ou qr code (1D ou 2D), Espaçamento entre etiquetas: com gap ou marca preta para alinhamento correto; Quantidade por bobina: mínimo de 200 etiquetas. As etiquetas deverão ser plenamente compatíveis com as impressoras térmicas diretas especificadas no item 4.3 deste documento, especialmente quanto ao método de detecção de etiquetas (gap ou marca preta), largura de até 80 mm e uso em equipamentos portáteis</p>	472905	Unidade	06	R\$ 29,54	R\$ 177,24
---	--	--------	---------	----	-----------	------------

5	<p>Leitor de Código de Barras e QR Code: preferencialmente sem fio, com conexão via Bluetooth ou USB. Compatível com leitura de códigos de barras 1D (códigos lineares) e 2D (QR Code). Velocidade mínima de leitura: 200 leituras por segundo; Alcance mínimo de leitura de 10 metros para versão sem fio; para versão com fio, cabo de no mínimo 1,5 metro. Suporte a múltiplos sistemas operacionais: Windows, Android e iOS. Alimentação via bateria recarregável com autonomia mínima de 8 horas para modelo sem fio. Estrutura resistente, com proteção contra quedas de até 1,5 metros. Indicadores visuais e sonoros de leitura bem-sucedida. Acessórios inclusos: cabo USB para conexão e/ou carregamento</p>	620842	unidade	04	R\$ 710,21	R\$ 2.840,84
---	---	--------	---------	----	------------	--------------

6	<p>Microfones sem fio de lapela: Conjunto com dois microfones de lapela sem fio, com transmissores de corpo ou integrados ao próprio microfone. Sistema de transmissão UHF ou VHF com alcance mínimo de 50 metros em campo aberto, livre de interferências.</p> <p>Microfone com cápsula omnidirecional ou unidirecional, com sensibilidade ajustada para captação de voz em ambientes internos e externos. Deve funcionar com smartphones com entrada USB-C (ex.: Galaxy S24+) Também compatível com notebooks, câmeras DSLR, caixas de som e gravadores Saída digital via USB-C</p> <p>Adaptadores/conectores adicionais inclusos: USB-C para P2 (3,5 mm TRRS), USB-C para USB-A (se aplicável) e Conector Lightning (Apple) ou adaptador compatível com iPhone. Bateria recarregável com autonomia mínima de 6 horas de uso contínuo. Receptor: Múltiplos canais ajustáveis, com pareamento automático ou manual, controle de volume e indicador de nível de sinal e bateria. Cor: azul ou preto Frequência máxima: 20kHz Frequência mínima: 20Hz Acessórios adicionais: Clipes de fixação Espumas anti-vento Estojo rígido para transporte</p>	628937	unidade	02	R\$ 1.162,92	R\$ 2.325,84
---	---	--------	---------	----	-----------------	--------------

7	Televisor smart com tecnologia Android TV: no mínimo 65 polegadas; Resolução mínima: 4K Ultra HD (3840x2160 pixels).Tecnologia da Tela: Ultra HD; Recursos interativos, como integração com aplicativos, controle por voz e suporte a streaming. Conectividade: Wi-Fi: 2.5 Ghz e 5 Ghz; Bluetooth: 5.0; LAN RJ45; HDMI; e USB: 2 portas. Alto-falante: 2 canais; Taxa de Atualização: 60 Hz; 3.9. Formato da Tela: Plana; HDR; Controle Remoto; Garantia de 12 (doze) meses; e Sistema operacional: Android. Design compatível com montagem em parede ou suporte adequado para mesa. Consumo energético eficiente (classificação A).	480210	Unidade	01	R\$ 4.116,00	R\$ 4.116,00
8	Suporte para Televisor: Suporte para TV triarticulado 23" a 65" Mxt, 28.37.525 - CX 1 UN	607289	Unidade	01	R\$ 134,14	R\$ 134,14

9	<p>Switches gerenciáveis: Características gerais: Tipo: Switch de acesso gerenciável camada 2 ou superior. Gerenciamento via interface web, CLI (Console, SSH, Telnet) e protocolo SNMP v1, v2 e v3. Compatível com montagem em rack padrão 19 polegadas. Deve possuir fonte de alimentação interna (não externa). Capacidade de Portas: Mínimo de 24 portas 10/100 /1000 Mbps (Gigabit Ethernet). Mínimo de 2 portas adicionais do tipo uplink (SFP ou SFP+), para conexão de fibra óptica. Recursos de Gerenciamento e Segurança. Suporte a VLANs (IEEE 802.1Q). Suporte a STP/RSTP/MSTP (Spanning Tree Protocol).</p> <p>Controle de agregação de link (LACP – IEEE 802.3 ad). Suporte a espelhamento de porta (port mirroring). QoS (Quality of Service) com priorização de tráfego. Controle de acesso por MAC address. Proteção contra broadcast/multicast/unicast storm. Listas de controle de acesso (ACL). Autenticação 802.1X. 4.8.4. Recursos Adicionais IPv4 e IPv6 nativos. IGMP Snooping. Suporte a Jumbo Frames. Sistema de detecção de loops na rede. Diagnóstico de cabo (cable diagnostics). Monitoramento de tráfego em tempo real (port statistics)</p>	618778	unidade	06	R\$ 2.133,44	R\$ 12.800,64
	Pontos de acesso (access point): Características Gerais: Equipamento com suporte a gerenciamento					

10	<p>centralizado (via controlador local, nuvem ou interface web). Suporte a montagem em teto ou parede. Deve operar com alimentação via PoE (Power over Ethernet) conforme padrão IEEE 802.3af ou superior. Deve incluir todos os acessórios necessários para a instalação (suportes, parafusos, guias de instalação etc.). Padrões e Desempenho: Compatível com os padrões IEEE 802.11a/b/g/n/ac/ax (Wi-Fi 6), com suporte a redes nas frequências 2,4 GHz e 5 GHz simultaneamente (dual band). Múltiplos SSIDs configuráveis (mínimo de 8 SSIDs por rádio). Largura de banda mínima agregada (teórica): até 1.200 Mbps, considerando as bandas combinadas. Múltiplas antenas internas com tecnologia MIMO (mínimo 2x2 MIMO em cada banda). Alcance mínimo de 100 metros em ambiente interno sem obstáculos, com atenuação adaptativa para barreiras físicas. Segurança e Recursos de Rede: Suporte aos protocolos de segurança WPA2 e WPA3. Criptografia AES de 128 bits ou superior. Suporte a VLANs (IEEE 802.1Q). Roteamento de tráfego por SSID (opcional). Suporte a autenticação 802.1X com RADIUS. Filtragem por endereço MAC. Detecção de rogue AP (pontos de acesso não autorizados). Mecanismos de controle de banda por usuário/dispositivo. QoS para priorização de tráfego (voz, vídeo, dados). Balanceamento de carga entre múltiplos APs.</p>	625350	Unidade	06	R\$ 1.037,89	R\$ 6.227,34
----	---	--------	---------	----	-----------------	--------------

<p>Suporte a roaming sem interrupção de sessão (Fast Roaming). Gerenciamento: Acesso por interface web e/ou software de gerenciamento centralizado.</p> <p>Gerenciamento remoto via protocolo SNMP v1, v2 e v3. Compatível com IPv4 e IPv6. Suporte a logs de eventos e estatísticas de uso. Atualizações de firmware com possibilidade de agendamento. Requisitos Ambientais e Físicos: Temperatura de operação: 0°C a 40°C. Umidade relativa de operação: até 90% sem condensação. Dimensões e peso adequados à instalação em ambientes internos (salas, corredores, áreas administrativas). Não deve requerer ventilação forçada (sem necessidade de cooler externo)</p>					
---	--	--	--	--	--

11	<p>Notebooks padrão: Características Gerais: Sistema operacional: Windows 11 Pro 64 bits. Garantia mínima de 36 meses on-site, com suporte técnico em território nacional. Processamento e Memória: Processador: Intel Core i5 de 12ª geração (ou superior), ou AMD Ryzen 5 série 5500 ou superior. Memória RAM: Mínimo 16 GB DDR4, com possibilidade de expansão para 32 GB. Armazenamento: SSD NVMe com capacidade mínima de 256 GB. Tela e Vídeo: Tela de 21" polegadas, com painel IPS, resolução Full HD (1920x1080) e revestimento antirreflexo. Placa de vídeo integrada compatível com uso administrativo e produtividade geral (GPU dedicada não obrigatória neste item). Conectividade e Periféricos: Wi-Fi 6 (IEEE 802.11ax) ou superior. Porta Ethernet RJ-45 10/100/1000 Mbps. Mínimo de 3 portas USB (sendo ao menos uma do tipo USB-C). Saída de vídeo: HDMI ou DisplayPort. Webcam HD integrada com microfone. Leitor de cartões SD (preferencial, mas não obrigatório). Bateria e Mobilidade: Bateria com autonomia mínima de 6 horas em uso típico. Peso máximo aproximado de 2 kg. Segurança: Firmware compatível com TPM 2.0. Suporte à criptografia de disco completo (ex: BitLocker ou equivalente)</p>	601762	Unidade	06	R\$ 3.529,00	R\$ 21.174,00
----	---	--------	---------	----	-----------------	------------------

12	<p>Notebook de alto desempenho:</p> <p>Características Gerais :</p> <p>Sistema operacional: Windows 11 Pro 64 bits.</p> <p>Garantia mínima de 36 meses on-site, com suporte técnico em território nacional. Processamento e Memória: Processador: Intel Core i7 de 12ª geração (ou superior), ou AMD Ryzen 7 série 7000 ou superior. Memória RAM: Mínimo 16 GB DDR4/DDR5, com possibilidade de expansão para 32 GB. Armazenamento: SSD NVMe com capacidade mínima de 512 GB. Tela e Vídeo: Tela de no mínimo 19 polegadas, com painel IPS, resolução Full HD (1920x1080) e cobertura mínima de 90% da gama sRGB. Placa de vídeo dedicada, com no mínimo 6 GB de memória VRAM, compatível com aplicações profissionais de edição gráfica e audiovisual..</p> <p>Conectividade e Periféricos: Wi-Fi 6 (IEEE 802.11 ax) ou superior. Porta Ethernet RJ-45 10/100/1000 Mbps. Mínimo de 3 portas USB (incluindo pelo menos uma do tipo USB-C). Saída de vídeo: HDMI ou DisplayPort. Webcam HD integrada com microfone. Leitor de cartões SD (preferencial, mas não obrigatório). Bateria e Mobilidade: Bateria com autonomia mínima de 8 horas em uso típico. Peso máximo aproximado de 2 kg.</p> <p>Segurança: Firmware compatível com TPM 2.0. Suporte à criptografia de disco completo (ex: BitLocker ou equivalente).</p>	482382	unidade	01	R\$ 4.361,67	R\$ 4.361,67
----	--	--------	---------	----	-----------------	--------------

1.2. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Para os itens de 01 a 12, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação:

2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente

público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.5. sociedades cooperativas.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º, do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições

nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,10 (dez centavos).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. SICAF;

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1. conter vícios insanáveis;

5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos ;

5.8.3. apresentar preço inexequíveis;

5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração ;

5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável;

5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto,

poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação. ([art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021](#)).

6.3.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.3.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.4.2. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.5.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n.º 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei n.º 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.3.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.3.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às

condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 0,5% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo

administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Os pedidos de impugnação ou esclarecimentos deverão ser enviados ao seguinte endereço de e-mail: licitacao@crcro.org.br, conforme estabelecido pelo art. 164 da Lei 14.133 e seu Parágrafo único.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

- 9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.13.1. ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar (SEI 1013165)
- 9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência (SEI 1046291)

Gabriela Garcia da Silva
Portaria nº 080/2025
Agente de Contratação
Assinado eletronicamente via SEI



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Garcia da Silva, Presidente - CPL**, em 13/10/2025, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1062930** e o código CRC **51084A85**.